



174

*Podar Judiciário*  
*Tribunal de Justiça do Pernambuco*  
*Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo*

5501

APELAÇÃO CÍVEL Nº 55575-7 - Quipapá/PE  
APELANTE: Banco do Brasil S/A  
APELADO: Airton de Siqueira Medeiros e outro  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

**EMENTA:** CIVIL E COMERCIAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. EXECUÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. 12% AO ANO. LIMITAÇÃO.

Tratando-se de crédito especial, a cédula de crédito rural achase submetida ao regramento disposto na Lei 6.840/80 e Decreto-Lei 413/69, e sua inadimplência admite a incidência de juros remuneratórios, limitados a 12% ao ano, correção monetária e multa contratual.

**DECISÃO:** "POR UNANIMIDADE DE VOTOS, FOI DADO PROVIMENTO AO APELO, FIXANDO OS HONORÁRIOS DE 5% (CINCO POR CENTOS) SOBRE O VALOR EMPRESTADO À CAUSA, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".  
DATA DO JULGAMENTO: 07/12/2009.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 55575-7 - Quipapá/PE, em que é apelante Banco do Brasil S/A, e apelado Airton de Siqueira Medeiros e outro, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, dar provimento ao apelo de acordo com os votos da Turma que integram o presente aresto.

Recife, 22 de dezembro de 2009.

*Adalberto de Oliveira Melo*  
Adalberto de Oliveira Melo  
Desembargador relator.



**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 55575-7 – Quipapá - PE  
APELANTE: Banco do Brasil S/A  
APELADO: Airton de Siqueira Medeiros e outro  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**RELATÓRIO**

Adoto o relatório de fls. 29/30, que leio:  
Acresço que sobreveio a sentença que julgou  
procedente os embargos condenando o exeqüente no pagamento das custas e  
honorários advocatícios.

Recurso de Apelação apresentado às fls. 40/60.  
Contra-razões às fls. 79/85.  
Os autos foram a mim redistribuídos e  
conclusos em 29/09/2008.

É o relatório.  
Ao douto revisor.  
Recife, 28 de setembro de 2009.

*Adalberto de Oliveira Melo*  
Adalberto de Oliveira Melo  
Desembargador relator.



PODER JUDICIÁRIO  
PERNAMBUCO

309  
176

**JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE QUIPAPÁ / PERNAMBUCO**  
**FORUM DRS. JOSÉ NEVES**

Sentença n.º 326/96.

Proc. n.º 2.776/96 - 1.º cartório.

Espécie: Embargos à execução.

E - Airton de Siqueira Medeiros e Josete Farias Medeiros.

E - Banco do Brasil S/A.

Art. 740, parágrafo único, do CPC.

**EMENTA:** Embargos à execução. Crédito Rural. Inaplicabilidade de correção monetária. Contrariedade a CF (art. 192, § 3º), Lei de usura (Dec. n.º 22.636, de 07.04.93) e Lei do cálculo da correção monetária (Lei n.º 5.670, de 02.07.71). Desconstituição do título de crédito. Procedência dos embargos opostos.

Vistos, etc.

Airton de Siqueira Medeiros e Josete Farias Medeiros, por patrono de sua escolha e confiança, irresignados com a ação executiva contra si movida pelo Banco do Brasil S/A., opuseram embargos à execução, arguindo, fundamentalmente, que aquela instituição bancária vem cobrando taxa de juros e correção monetária incompatíveis com as determinadas em lei, reguladoras da espécie, notadamente a Carta Magna vigente, contrariando-a, frontalmente, além de aplicar a taxa referencial diária - TRD, num flagrante desrespeito àquelas citadas leis, tudo conforme se depreende dos docs. de fls. 05/09 da ação executiva referenciada, tombada sob o n.º 2.553/94-1.º Cartório.

Citam em seu arrazoado leis e jurisprudência dominantes do tema, que se posicionam contrariamente ao método usado pelo embargado, fazendo uma deferência especial a renomados juristas pátrios.

Pugnam pela total procedência do seu pedido, rogando sejam os embargos opostos recebidos integralmente, suspendendo-se a ação executiva, na qual figuram como executados, que deve ser desconstituída, porquanto não embasada em título líquido, certo e exigível, condenando-se, ao final, o mesmo embargado na sucumbência e demais cominações de direito.

Deram valor à causa.



PODER JUDICIÁRIO  
PERNAMBUCO

177 30

**JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE QUIPAPA / PERNAMBUCO**  
**FORUM DES. JOSÉ NEVES**

Recebidos os embargos tempestivamente deduzidos pelo meu antecessor, sobrestada foi a ação executiva, determinando-se, ainda, na ocasião, fosse o embargado intimado regularmente para, querendo, impugná-los, no decêndio legal que lhe é reservado, o que foi feito.

Impugnando-os, diz o embargado, em preliminar, que o feito encontra-se de forma irregular, porquanto não foi contado, preparado e autuado.

Prossegue, ainda em preliminar, dizendo que os embargos opostos não de ser rejeitados, de plano, posto que não foi seguro o Juízo, por se encontrar a inicial inépta, pela carência de ação de que padece o embargante e que o valor da causa não corresponde ao valor da própria dívida devida, como deve ser.

No mérito, diz que a ação executiva por ele proposta, há de prosperar, pois fundada em título líquido, certo e exigível e que não infringiu qualquer norma jurídica que rege à espécie.

Cita, igualmente, jurisprudência sobre o assunto, rogando pela improcedência total dos embargos opostos, com condenação do embargante na carga sucumbencial de 20% sobre o valor executado, bem como fosse o mesmo embargante considerado litigante de má-fé.

Os autos me vêm conclusos.

Conhecendo-o, determinei, de imediato, de ofício, fosse os embargos distribuídos, autuados em apenso, por linha, à ação executiva, contados e preparados, porquanto, considerando-os como ação, há que se submeter a todos esses caminhos processuais.

Feito isso, os autos me vêm novamente conclusos.

É o relatório.

Passo a decidir.

De logo, entendo comportar o feito julgamento antecipado, ante a exclusividade da prova documental exibida, o que a caracteriza como puramente de direito(art.330, inciso I, do CPC).

112  
178

**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 55575-7 – Quipapá - PE  
APELANTE: Banco do Brasil S/A  
APELADO: Airton de Siqueira Medeiros e outro  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**VOTO.**

Entendeu a sentença recorrida que o título apresentado à execução não tem liquidez porque nele se acha embutida a correção monetária cuja cobrança não seria permitida por lei desde que se trata de crédito rural, e por isso o título seria inexigível, não se prestando para aparelhar ação executiva.

Nas alegações contidas nas razões do recurso de apelação, o banco recorrente entende ser cabível a correção monetária no crédito rural, sendo líquido e exigível o título executado.

Creio assistir razão ao banco apelante.

Sobre o título executivo, oriundo de um contrato de cédula de crédito rural, incide a correção monetária.

O tema está pacificado no Tribunal da Cidadania através dos vários precedentes, e através da Súmula 16, *verbis*: “**Crédito Rural - Correção Monetária**. A legislação ordinária sobre crédito rural não veda a incidência da correção monetária”.

Incidem, ainda, sobre o débito, a taxa de juros remuneratórios, limitada a 12% ao ano, mais 1% a título de juros de mora, além da multa de 10%, não sendo exigível a comissão de permanência cumula da com a correção monetária.

Vejamos os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL. TAXA DE JUROS. LIMITAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INEXIGIBILIDADE.

Nas Cédulas de Crédito Rural, Industrial ou Comercial, a instituição financeira está autorizada a cobrar, após a inadimplência, a taxa de juros remuneratórios, limitada a 12% ao ano, elevada de 1%, a título de juros de mora, além de multa de 10% e correção monetária, sendo inexigível a cobrança de comissão de permanência.

Agravo improvido. (AgRg no REsp nº 804118/DF. Rel. Ministro SIDNEI BENETI. STJ - TERCEIRA TURMA. DJe 12/12/2008).

CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. CELEBRAÇÃO ANTES DA MP 1.963/2000. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. VEDAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO COM JUROS E CORREÇÃO E MONETÁRIA. JURISPRUDÊNCIA DESTA STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. APLICAÇÃO DA MULTA DO ARTIGO 557, § 2º DO CPC.

179 113

1. Contrato de abertura de crédito. Vedação da capitalização mensal: a jurisprudência deste STJ possui orientação firme no sentido de que é vedada a capitalização dos juros, somente admitida nos casos previstos em lei, quais sejam, nas cédulas de crédito rural, comercial e industrial, (art. 4º do Decreto n. 22.626/33 e Súmula nº 121-STF).

2. Incidência do CDC: "a discussão sobre a incidência do CDC nos contratos celebrados por instituições financeiras restou superada nesta Corte com a edição da Súmula 297/STJ". (AgRg no Ag 599872/RS)

3. Comissão de permanência: "impossível, nos contratos bancários, a cobrança cumulada da comissão de permanência e juros remuneratórios, correção monetária e/ou juros e multa moratórios". (AgRg no Ag 593408/RS).

4. Divergência jurisprudencial. Inexistência. Súmula 83/STJ: Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.

5. Agravo regimental não-provido. Aplicação da multa do artigo 557, § 2º do CPC.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, com aplicação de multa, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Fernando Gonçalves (Presidente), Aldir Passarinho Junior e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator.

(AgRg no REsp 677851 / PRMinistro LUIS FELIPE SALOMÃO QUARTA TURMA DJe 11/05/2009)

Portanto, o título apresentado revela-se líquido, certo e exigível e está apto a aparelhar o processo de execução, cabendo esclarecer que sobre o valor da cártula incidem juros remuneratórios limitados a 12% ao ano, além de juros moratórios de 1% a título de mora, multa de 10% e correção monetária.

Ante o exposto dou provimento ao apelo para julgar improcedentes os embargos opostos.

É como voto.

*Adalberto de Oliveira Melo*

Adalberto de Oliveira Melo

Desembargador relator.

w.

180

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 55575-7 da VARA ÚNICA DA COMARCA DE QUIPAPÁ

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
REVISOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
APELANTE: BANCO DO BRASIL S/A  
APELADOS: AIRTON DE SIQUEIRA MEDEIROS e JOSETE FARIAS MEDEIROS

V O T O D E R E V I S Ã O

Trata-se de apelo interposto contra sentença (fls. 29/35) julgando procedentes os Embargos à Execução manejados pelos ora Apelados, "ante a iliquidez e inexigibilidade do documento apresentado como embassador de ação executiva", extinguindo o processo de execução. Condenou o Embargado nas custas e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

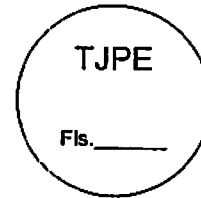
Entendeu o i. Togado de piso que diferentemente dos títulos executivos judiciais, os extrajudiciais, "quando afetada a sua parte líquida e exigível, por contrariedade a disposição legal [não há] como se possa executá-lo, porque há a desconstituição desse mesmo título de crédito".

Desta forma, arrimado na ilegalidade de se prever correção monetária em crédito rural, inaplicabilidade da TR como indexador e superioridade dos juros ao limite constitucional de 12% (doze por cento) ao ano, acolheu os Embargos para desconstituir a executividade da "escritura pública de confissão de dívidas com garantia pignoratícia e hipotecária nº 92/00098-3" (fls. 06/09 do apenso).

18m



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Menezes



181

Em seu arrazoado recursal (fls. 40/60), o Recorrente sustenta ser legítima a cobrança de correção monetária nas operações bancárias envolvendo crédito rural, pois expressamente convencionado no contrato executado. Tal entendimento seria corroborado pela Súmula 16 do STJ.

Defende, da mesma forma, a legalidade dos juros acima de 12% (doze por cento) ao ano, além da previsão da TR como índice de atualização da dívida.

Desta forma, pugna pelo provimento do recurso para reformar o ato atacado, julgando improcedentes os Embargos à Execução.

Contrarrazões apresentadas pelos Embargantes (fls. 78/85), refutando os argumentos do apelo para manter a decisão objurgada.

Sumariamente exposta a controvérsia, destaco, de plano, a existência da súmula 16 do STJ permitindo a incidência de correção monetária em relação às cédulas de crédito rural, bem como a existência de maciça jurisprudência da mesma Corte admitindo a TR como índice válido para a referida correção, desde que pactuada no contrato.

Os seguintes julgados bem representam a tese ora esposada, senão vejamos (grifos nossos):

.....



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 115

182

COMERCIAL. CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. PACTUAÇÃO EXPRESSA. SÚMULA N. 596-STF. NÃO INCIDÊNCIA EM RELAÇÃO A CRÉDITO RURAL. DISCIPLINAMENTO LEGISLATIVO POSTERIOR. DECRETO-LEI N. 167/67, ART. 5º SÚMULA N. 93-STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. TR. PREVISÃO CONTRATUAL. INCIDÊNCIA.

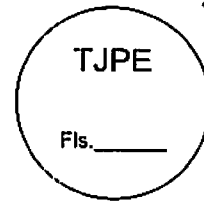
- I. Admissível a capitalização mensal de juros quando expressamente pactuada, o que ocorre no caso dos autos, ao teor da Súmula n. 93 desta Corte.
- II. Não há vedação legal para utilização da TR como indexador de cédula de crédito rural, desde que livremente contratada.
- III. Recurso especial conhecido e provido. (Resp 433195/SC, Rel. Min. Aldir Passarinho Jr, 4ª Turma, DJ 18.11.2002, p. 226)

.....  
EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. TÍTULO EXECUTIVO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TR. CAPITALIZAÇÃO. MULTA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA.

1. A cédula de crédito rural, de acordo com os arts. 9º e 10 do Decreto-Lei n. 167/67, é título executivo hábil a embasar o processo de execução.
  2. Segundo a jurisprudência desta Casa, não há óbice a que a TR seja avençada pelas partes como fator de atualização monetária.
  3. "A legislação sobre cédulas de crédito rural, comercial e industrial admite o pacto de capitalização de juros." Súmula n. 93-STJ.
  4. Descabe a redução da multa moratória de 10% para 2%, nos contratos firmados anteriormente à edição da Lei n. 9.298/96, de 1º.8.1996, que deu nova redação ao art. 52, § 1º, do CDC.
  5. Indevida é a comissão de permanência nas cédulas de crédito rural. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. (Resp 299.435/MT, Rel. Min. Barros Monteiro, 4ª Turma, DJ 13.12.2004 p. 362)
- .....



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



183

CIVIL E COMERCIAL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. CORREÇÃO MONETÁRIA PELA TR.

- Desde que pactuada, afigura-se lícita a capitalização mensal dos juros nas cédulas de crédito.
- A Taxa Referencial (TR) pode ser utilizada como índice de correção monetária nas cédulas de crédito, desde que as partes tenham acordado nesse sentido.
- Agravo no recurso especial desprovido. (AgRg nos EDcl no REsp 531.823/PR, Rel. Min<sup>a</sup> Nancy Andrichi, 3<sup>a</sup> Turma, DJ 13.12.2004 p. 353)

.....

Desta forma, não há como afastar a incidência de correção monetária nas cédulas de crédito rural, bem como a utilização da TR como respectivo índice, bastando para tanto que assim tenha sido acordado livremente entre as partes.

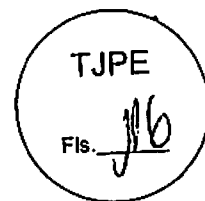
Tal exigência está suprida pela cláusula terceira do instrumento de confissão de dívida executado (fls. 06v do apenso), onde se prevê que o débito será atualizado "com base no índice fixado para corrigir os depósitos em Caderneta de Poupança de mesma data-base da conta, no mês sob atualização", no caso a TR<sup>1</sup>.

No tocante à limitação constitucional dos juros, também assiste razão ao Recorrente, pois o art. 192, §3º da CF, antes do advento da Emenda Constitucional nº 40/03, configurava-se norma de eficácia limitada.

<sup>1</sup> "(...) Não há vedação legal para a utilização da caderneta de poupança, que é remunerada pela TR, como indexador de cédula de crédito rural livremente pactuada. Precedentes da Corte (...)" (REsp 330.817/PR, DJ 10/06/2002 p. 215)



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes



Logo, tinha sua aplicação subordinada à edição de lei complementar, como consolidado na Súmula 648 do STF:

.....  
SÚMULA 648 - A norma do §3º do art. 192 da Constituição, revogada pela EC 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar.

.....  
Desta forma, deve ser reformada a decisão apelada relativamente à ilegalidade da aplicação de taxas de juros superiores a 12% ao ano, até porque a Lei da Usura não se aplica às operações realizadas pelos integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a teor da Súmula 596 do STF, litteris:

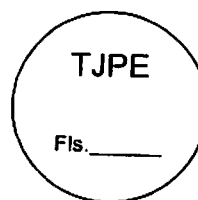
.....  
SÚMULA 596 - As disposições do Decreto nº 22.626 de 1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional.

.....  
Encerrando-se definitivamente a discussão, o Pretório Excelso, no uso das atribuições conferidas pelo art. 103-A da Carta Magna, aprovou a Súmula Vinculante nº 07 repetindo o texto da Súmula 648, ressaltando que o art. 192 da CF/88 tinha sua eficácia condicionada à edição de lei complementar. Nesse sentido, possuindo o referido verbete força cogente, não cabe às instâncias inferiores digressionar sob o tema, impossibilitando este juízo de divergir.

Portanto, afigura-se legítima a previsão de juros compensatórios em percentual superior a 12% ao ano, exigindo-se apenas o cotejo com a taxa média do mercado, a lume dos dispositivos do CDC, conforme a Súmula 297/STJ.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

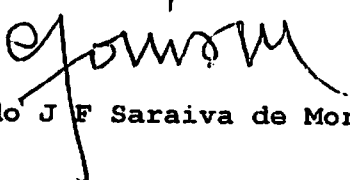


Inexistindo prova da superioridade do índice praticado pela instituição bancária (12,5% ao mês - fls. 06v) em relação à média dos juros cobrados no mercado à época, não há que se falar em abusividade, como se observa no acórdão abaixo transcrito:

.....  
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. LIMITAÇÃO DOS JUROS. CDC. APLICABILIDADE. LEI N.º 4.595/64. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. COBRANÇA CUMULATIVA COM OUTROS ENCARGOS. DESCABIMENTO. TBF. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. AFASTAMENTO. I - A egrégia Segunda Seção decidiu, no julgamento do Recurso Especial nº 407.097/RS, que o fato de as taxas de juros excederem o limite de 12% ao ano, por si só, não implica abusividade, sendo permitida a sua redução, tão somente, quando comprovado que discrepantes os juros pactuados em relação à taxa de mercado, enquanto em mora o devedor. Assim, embora assente o entendimento neste Superior Tribunal no sentido da aplicabilidade das disposições do Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários, no que se refere à taxa de juros, preponderam a Lei 4.595/64 e a Súmula 595/STF. (REsp 348219. Rel. Min. Castro Filho, 3ª Turma, Julgado em 06/09/2005).

.....  
Ante o exposto, **VOTO PELO PROVIMENTO DO APELO**, para reformar a sentença e julgar improcedentes os Embargos à Execução, com honorários advocatícios em favor do Embargado arbitrados em 5% (cinco por cento) sobre o valor emprestado à causa, nos termos do art. 20, §4º, do CPC.

Recife, 07.12.09

  
Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Revisor